



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E O INSTITUTO CENTRAL DE
MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**

**Mônica Menezes de Souza¹⁰⁸
Aparecida Rodrigues Duarte da Silva¹⁰⁹**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar a visão sobre o golpe civil-militar de 1964 de algumas pessoas integrantes do Instituto Central de Matemática – ICM da Universidade de Brasília – UnB. Como aporte teórico metodológico utilizou-se conceitos de alguns teóricos da História Cultural tais como Certeau (1998), Chartier (2002) e Le Goff (2003). A Lei da Reforma Universitária que já vinha sendo discutida desde os anos 1920 tornou-se efetiva em 1968 e trouxe para as universidades brasileiras a estrutura departamental como base da organização universitária e deu fim às cátedras. Em 1964, após o golpe civil-militar, as universidades passaram a ser vigiadas, sofreram intervenções militares e a União Nacional dos Estudantes – UNE foi fechada. A análise das narrativas dos professores e do aluno do ICM mostrou que invasão militar e as demissões inadvertidas dos docentes foram os pontos mais marcantes para todos; pois representaram uma falta de autonomia e o fim de um modelo que serviria para todas as universidades brasileiras.

Palavras-chave: Reforma Universitária. Universidade de Brasília – UnB. Instituto Central de Matemática – ICM. Golpe civil-militar de 1964.

¹⁰⁸ Doutoranda da Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN; Docente da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal SEEDF. profmonicams@yahoo.com.br.

¹⁰⁹ Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN. Aparecida.duarte6@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo relatar a visão sobre o golpe civil-militar de 1964 de algumas pessoas vinculadas ao Instituto Central de Matemática – ICM da Universidade de Brasília – UnB, e faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Uma história da primeira década do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília – UnB”.

Para alcançar o objetivo proposto, analisamos entrevistas de alguns professores do ICM, pois em sua narrativa o entrevistado fala de suas memórias que são imagens do passado, disponíveis no presente, socializadas por meio da linguagem e podem ser influenciadas pelo convívio social e cultural, logo a memória individual também apresenta traços da memória coletiva (Bosi, 2006) e, dessa forma, torna-se um elemento da identidade individual ou coletiva. (Le Goff, 2003).

Nessa análise utilizamos os conceitos de representação, apropriação, estratégias e táticas. O conceito de representação adotado em conformidade com Chartier (2002, p. 17) está relacionado à maneira como são percebidos e apreendidos os fatos e acontecimentos, isto é, “diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”.

A apropriação refere-se a interpretação, “às aprendizagens, ao modelo pedagógico, ao ideário, à identidade dos sujeitos e da instituição, aos destinos de vida” (Magalhães, 2004, p. 139).

De acordo com De Certeau (1998, p. 92), as estratégias são ações dos empoderados, “são capazes de produzir, mapear e impor” e as táticas “não obedecem à lei do lugar” são ações dos que não detêm o poder nem a autonomia para se manterem em si e por isso buscam formas para manipular e alterar as estratégias.

A REFORMA UNIVERSITÁRIA

A tentativa de se fazer uma reforma universitária já era idealizada desde os anos 1920 e nos anos 1960 pretendia-se com essa reforma uma mudança na função do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade. Essa década firmou-se como um tempo de crise política e econômica, em que reinava o autoritarismo, mas também como um tempo de reformas.

Muitas reformas resultaram da movimentação das massas em busca da melhoria de sua qualidade de vida, o que levou a perda do poder das classes dominantes e isso foi motivo para que o movimento de 1964 acontecesse. Segundo Germano (2011, p. 18) “apesar da iniciativa e do caráter burguês, coube às Forças Armadas a intervenção executiva do golpe, mediante o qual assumiram o poder do Estado durante vinte e um anos”. Assim, o Estado Militar favoreceu a conservação da desigualdade social em decorrência de uma forte repressão.

A partir do golpe de Estado de 1964 as políticas educacionais não asseguraram a escolarização das classes populares e economicamente ativa e privilegiou a classe burguesa. Os movimentos de educação e cultura popular foram fechados, as universidades sofreram intervenção civil-militar, os estudantes se rebelaram contra o regime imposto e cargos civis foram ocupados por militares. Na educação, essa militarização atingiu universidades e escolas, houve nomeação de vários reitores militares e vários cargos do MEC foram ocupados por coronéis do exército. (Germano, 2011).

O ensino superior, que se encontrava em crise desde os anos 1940, durante os anos que sucederam o golpe civil-militar, mesmo com as iniciativas de modernização, ainda continuavam sem atender às necessidades da sociedade. Também faltavam vagas para a população que buscava as universidades e os egressos não conseguiam a remuneração e o prestígio que achavam que viria com o diploma, pois o número de vagas de emprego era menor que o de diplomados. (Cunha, 2007).

Isso acontecia tendo como pano de fundo a alta inflação, o baixo poder de compra, o fechamento das pequenas indústrias, o aumento da evasão rural, eleições indiretas e extinção dos partidos políticos (Germano, 2011). A busca pela escolarização continuava a ser uma forma de ascensão social. Por isso, o movimento estudantil que era muito atuante naquele período ajudou a impulsionar a busca pela renovação das universidades.

Em 1966 os estudantes universitários brasileiros reagiram contra a política educacional, a opressão dos militares e contra a Lei Suplicy, Lei no 4464, de 9 de novembro de 1964, que pretendia controlar, esvaziar ou extinguir o movimento estudantil (Sanfelice, 2008) e no ano seguinte se mobilizaram contra os acordos norte americanos, a privatização do ensino e pediam mais verbas para a educação.

A bandeira da reforma universitária estava sempre presente nas reivindicações dos estudantes. Portanto, diante da insatisfação vigente, em 1968, por meio do Decreto 62937/68, o governo federal criou um grupo de trabalho “com a missão de estudar a forma

da universidade brasileira, torná-la eficiente, modernizada, com flexibilidade administrativa e formando recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (Sanfelice, 2008, p. 371) e assim promover uma reforma universitária. Esse grupo de trabalho fundamentou-se nas legislações já existentes sobre a reestruturação das universidades para determinar as formas de crescimento e financiamento do ensino superior, seu lugar na sociedade e sua relação com o Estado. (Prota, 1987).

A Lei da Reforma Universitária, lei 5540 de 28 de novembro de 1968, foi elaborada conforme os resultados apresentados pelo referido grupo de trabalho em 1968, porém desde o início da década de 1960 já se discutia esse assunto. A grande ênfase da reforma foi dada à estrutura departamental como base da organização universitária. A ideia dos departamentos, proveniente do modelo americano, caracteriza-se pela reunião, articulação e estruturação de professores/pesquisadores segundo atividades afins e são a menor unidade do sistema universitário. (Bomeny, 1994).

A UnB foi criada em 1962 a partir das ideias de importantes intelectuais comprometidos com o ensino superior, a maioria pertencente à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, dessa forma ela surgiu “como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30” (Fávero, 2006, p. 29), pois tinha um modelo moderno para o ensino superior do Brasil.

Antes da UnB as universidades eram compostas por escolas/faculdades, reunidas por uma reitoria, mas independentes, autossuficientes e providas das cátedras. Com ela surgiram instituições com carreira docente planejada, escalonada hierarquicamente e estável visto tratar-se de um cargo público.

Nesse momento em que a UnB estava sendo criada, a Escola Nova era o movimento pedagógico que estava circulando no país e encontrando na nova capital um ambiente propício para se desenvolver.

Anísio Teixeira era o responsável pela implantação do sistema educacional de Brasília e como era um grande seguidor das ideias do filósofo e pedagogo John Dewey, colocou-as em prática não só nas ações educativas e administrativas, mas também nas construções de prédios próprios para cada nível de ensino. Assim, as escolas já foram incluídas no projeto urbanístico da cidade e desenhadas de maneira adequada para atender cada clientela específica, incluindo-se aí a Universidade de Brasília.

As propostas educacionais de Dewey têm como “pressuposto fundamental a idéia de que a educação é responsável pela formação de uma sociedade mais justa e mais humana, mediada pela democracia como um modo de vida e como alavanca do desenvolvimento social”. (Galiani; Machado, 2009, p. 910).

Teixeira deixou a cargo de Darcy Ribeiro o planejamento da UnB, mas ainda assim imprimiu suas marcas nesse trabalho e uma delas era a função social e democrática da escola. (Chaves, 1999).

OS REFLEXOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NA UNB

Em 1964, após o golpe civil-militar, as universidades passaram a ser vigiadas e sofreram intervenções militares. Reitores e diretores foram demitidos, professores e alunos foram expulsos e a União Nacional dos Estudantes – UNE foi fechada.

A UnB foi uma das universidades que mais sofreu com a intervenção militar devido a razões políticas. Para Salmeron (1999, p. 164) “combater a Universidade de Brasília era combater as ideias dos governos anteriores”.

Foram três, o número de invasões de tropas militares vivenciadas pela UnB. A primeira foi no dia 9 de abril de 1964, a segunda em 11 de agosto de 1965 e a terceira, dia 29 de outubro de 1968.

Na primeira invasão funcionários professores e estudantes foram surpreendidos com tropas do Exército vindas de Mato Grosso e da Polícia Militar de Minas Gerais dentro do câmpus. Pessoas e instalações foram revistadas e como resultado dessa invasão a biblioteca e os gabinetes dos professores ficaram fechados por duas semanas, o reitor e o vice-reitor foram demitidos e o conselho diretor da FUB foi destituído. Assumiu a reitoria o professor Zeferino Vaz. (Salmeron, 1999).

Uma das primeiras ações do novo reitor foi a demissão de treze professores. Segundo Cunha (2007, p. 43) esse ato “recebeu apoio dos professores sobreviventes, pois declarava-se disposto a defender o projeto original da universidade contra os ataques que ela sofria dos novos ocupantes do poder”. No entanto, para Salmeron (1999), coordenador do Instituto de Física, esse ato gerou a primeira crise na UnB, pois os docentes sentiram-se inseguros e a mercê de arbitrariedades políticas.

Como Zeferino conseguiu contratar professores experientes, alguns recém-chegados do exterior, instalou-se uma certa calma nos ânimos da universidade.

Porém, nesse momento já estava instaurada, dentro e fora dos espaços da UnB a ideia oficial de que a essa universidade era um “foco de subversão e de indisciplina, que justificaria interferências de caráter policial”. (Salmeron, 1999, p. 174).

Zeferino Vaz demitiu-se do cargo e indicou Laerte Ramos Carvalho para substituí-lo. O novo reitor também recebeu voto de confiança dos professores “por suas declarações de apoio ao projeto original da Universidade de Brasília”. (Cunha, 2007, p. 44).

O segundo semestre de 1965 já começou com greve dos estudantes motivada pela expulsão de um estudante e pela demissão de um professor. Em setembro, já vivendo uma situação de redução na transferência dos recursos financeiros do governo federal e o não pagamento dos dividendos das ações da Companhia Siderurgica Nacional – CSN, alguns professores cedidos por órgão federais tiveram que retornar a seu trabalho de origem. A recusa de retorno de um dos docentes gerou outra crise. Os coordenadores das unidades universitárias, intercederam em apoio ao docente, no entanto não conseguiram evitar essa devolução/demissão. Sentindo-se impotentes e frustrados decidiram pedir demissão de seus cargos. (Cunha, 2007).

Os estudantes convocaram, numa sexta-feira, uma greve de vinte e quatro horas, em apoio aos professores dentre outras reivindicações e na segunda-feira seguinte encontraram a UnB cercada por tropas militares. O reitor, visando reprimir a greve, tinha solicitado ao diretor do Departamento Federal de Segurança Pública o envio de tropas militares para a universidade. Mais quinze professores foram demitidos/devolvidos e o sentimento de que a universidade tão sonhada estava no fim tomou conta, mais uma vez dos docentes. (Salmeron, 1999).

O saldo dessa situação foi o pedido de demissão de duzentos e dez professores, quase 80% dos docentes da UnB, apenas quinze docentes permaneceram em seus cargos. A estrutura que ainda estava em implantação não foi terminada facilitando a modificação do plano original.

A Faculdade de Educação teve frustrado o objetivo de implantar escolas experimentais pré-primária, primária e média, tampouco foi implantada a projetada Escola Normal Superior. O Instituto de Tecnologia Católica foi destruído até mesmo em termos físicos, pois seu edifício, provisório, foi incendiado, coerentemente com a perseguição movida aos frades dominicanos por seu engajamento político. O Centro Militar foi outra unidade extinta. (Cunha, 2007, p. 45).

Na terceira invasão, em outubro de 1968, um estudante morreu e algumas pessoas ficaram feridas, a maioria alunos. Segundo Salmeron (1999), essa invasão repercutiu nacionalmente, senadores e deputados se pronunciaram pedindo que os fatos fossem apurados e os responsáveis punidos. Os professores, funcionários e alunos publicaram no jornal *Correio Braziliense* de 30 de agosto de 1968 um pronunciamento de “protesto e repúdio ante a brutal agressão perpetrada” (Salmeron, 1999, p. 451) e cerca de cento e setenta mãos assinaram um manifesto protesto contra a violência. Mesmo assim, os fatos não foram apurados e ninguém foi responsabilizado pelos acontecimentos.

O GOLPE CIVIL-MILITAR NA VISÃO DE PESSOAS DO ICM

A seguir apresentamos a percepção daqueles acontecimentos vivenciados pelos professores Djairo Guedes Figueiredo, Elon Lages Lima e Manfredo Perdigão do Carmo. Essas informações foram extraídas das entrevistas presentes no livro *IMPA: 50 anos* publicado em 2003.

Também apresentamos a visão de Mário Matos, na ocasião instrutor e mestrando da UnB, do então aluno Carlos Antônio de Moura e da professora Nilza Bertoni.

As percepções dessas pessoas dizem respeito aos fatos sobre o período da ditadura na UnB, isto é, referem-se a um mesmo espaço, mas em tempos um pouco diferentes. Djairo Figueiredo e Mário Matos chegaram à UnB em 1962, Carlos Moura chegou em 1963, e era aluno da graduação, Elon Lages chegou em 1964, Manfredo Perdigão assumiu como professor visitante em 1965, a professora Nilza Bertoni chegou em 1967 e permaneceu até se aposentar na década de 1990.

Sobre o golpe militar Djairo Figueiredo narrou que, em março de 1964 ele ainda estava na UnB cujo reitor era Frei Mateus, pois Darcy Ribeiro tinha assumido a Casa Civil.

Após o golpe militar a Universidade de Brasília foi cercada. Foram dias incertos e de muita preocupação para muitos de seus professores. E a Universidade começou a passar por uma fase muito difícil. Em dezembro de 64, ganhei uma bolsa Guggenheim e viajei para os Estados Unidos. Entretanto, antes de eu viajar, Zeferino Vaz, que mais tarde foi reitor da Unicamp, foi nomeado reitor da UnB. (Figueiredo, 2003, p. 84). [grifos nossos].

O professor Figueiredo chegou à Brasília em 1962 e permaneceu até 1964, depois, em 1971 retornou da Universidade de Illinois em Chicago onde era professor titular e encontrou a universidade se reerguendo.

Em maio de 1971 voltei para Brasília, e vieram comigo uns cinco doutores recém-formados nos Estados Unidos, brasileiros e não brasileiros. Pouco depois se juntaram outros, ainda como parte desse primeiro contacto. Alguns deles são hoje matemáticos conhecidos trabalhando no país: Marco Antônio Raupp, Adilson Gonçalves, Antônio Conde, Said Sidki. Isso mostra uma característica interessante, em que vale a pena pensar. **Por que foi possível tão rapidamente formar um forte grupo de pesquisadores numa instituição? Porque era uma fundação, que passava ao largo da burocracia universitária brasileira;** seu presidente funcionava como homem de negócios, como um empresário. Com isso, a UnB tornou-se outra vez um dos melhores lugares em Matemática do Brasil, com o mestrado montado novamente, e logo em seguida o doutorado. (Figueiredo, 2003, p. 86). [grifos nossos].

Para esse professor nos anos 1970 a UnB voltou a ser uma instituição acadêmica de destaque na matemática brasileira e por isso ocupou um lugar importante na sua trajetória profissional. (Figueiredo, 2003, p. 86).

Mário Matos era estagiário no IMPA quando foi convidado por Djairo Figueiredo a fazer o mestrado na UnB. Ele chegou a Brasília em 1962 junto com o professor Figueiredo e mais três colegas.

Sobre a situação política de 1964, Matos escreveu que:

A efervescência política dentro da UnB preocupava muita gente fora do ambiente universitário. Comentava-se sobre a tendência marxista de seus professores e, na Câmara dos Deputados, foi sugerida a abertura de uma CPI para avaliar o problema. **Nessa ocasião, Darcy Ribeiro, levado a depor, defendeu a UnB como centro de debates, aberto a todas as ideias. Após o golpe militar de 31 de Março de 1964, a UnB passou a ser tratada como se fosse um centro de subversão.** Em 9 de Abril, eu estava dando aula tranquilamente, quando vejo pela janela uma fila de militares, com armas em punho, formando um grande círculo ao redor dos edifícios da universidade. Carlos Antônio de Moura, que era meu aluno nessa época e estava naquela aula, disse-me que eu fiquei branco. Realmente, estava assustado com a cena. É claro que encerrei a aula, dispensei os alunos e saí da sala, parando para conversar com outros alunos e professores, comentando a inusitada invasão. Mais tarde, soubemos que aqueles soldados eram da Polícia Militar de Minas Gerais e vinham com uma lista de professores e estudantes a serem detidos. [...] Anísio Teixeira foi destituído da reitoria no dia 13 de Abril e Zeferino Vaz foi nomeado reitor pro-tempore. De vez em quando um grupo de militares aparecia na reitoria, mandava chamar alguns professores, depois levando-os presos. O ambiente acabou ficando tenso por causa de tais acontecimentos, e havia provocações. Lembro-me de um estudante da própria UnB, que trabalhava na polícia, comentando durante refeição no

restaurante da universidade, em voz bem alta para todos ouvirmos, o tratamento que era dado aos “subversivos” presos. (Matos, 2010, p. 78). [grifos nossos].

O professor Mário Matos permaneceu em Brasília até setembro de 1964 quando viajou para os Estados Unidos a fim de cursar o doutorado.

Carlos Antônio de Moura, também contou sua percepção dos acontecimentos em 1964, naquela época ele era aluno da UnB.

Eu não lembrava que eu estava em aula com ele [Mário Matos]. Eu lembro das aulas do Mário Matos, [...] Eu lembro da invasão, foi inesperada. Um belo dia, estava no dia de aula, **entra a força policial militar de Minas Gerais, que disseram que eram os mais cangaceiros, apesar de não serem nordestinos!** Aí, então, quando houve a crise, mudou o reitor. (Moura, 2015). [grifos nossos].

Segundo Moura a crise se instalou mesmo no segundo semestre de 1965. Naquele momento houve outra mudança de reitor, o semestre foi interrompido no meio e os alunos ficaram sem aula um bom tempo. O novo reitor conseguiu que os professores da Universidade Federal de Goiás trabalhassem um ou dois dias na semana na UnB com o intuito de terminar o semestre letivo. Ainda para Moura, aqueles professores não eram bem vistos pelos alunos porque tomaram o lugar dos docentes que já possuíam uma relação de amizade e de confiança com os alunos.

O segundo semestre de 1965 foi interrompido. Foi retomado depois pelos professores de Goiânia. **É claro que a gente via esses professores com olhos horríveis, porque eles estavam tomando o lugar daqueles professores que a gente confiava.** (Moura, 2015). [grifos nossos].

No semestre seguinte Carlos Antônio de Moura e os colegas de curso foram terminar as disciplinas no Rio de Janeiro, lá Carlos já passou para o mestrado no IMPA e seguiu a carreira acadêmica.

Em 1964 o professor Elon Lages Lima recebeu o convite do reitor Zeferino Vaz para trabalhar na UnB. Dessa maneira, deixou seu trabalho na Universidade de Columbia em Nova Iorque e chegou a Brasília cinco meses depois do golpe para substituir o professor Djairo na coordenação interina do ICM.

O novo reitor estava empenhado em reestruturar a UnB contratando renomados cientistas sem a intervenção do governo, por isso,

ele [Zeferino Vaz] teve a ilusão de que em Brasília teria carta branca para fazer uma grande universidade, porque era apoiado por Ademar de

Barros, governador de São Paulo que apoiara a Revolução. Mas a coisa não foi bem assim, porque o próprio Ademar já estava sendo “fritado” pelos militares. Quanto à UnB, a verdade era: **“Pode fazer o que quiser, desde que reze por nossa cartilha”.** Ora, um professor, pesquisador de alto nível, não reza por cartilha militar de jeito nenhum. (Lima, 2003, p. 100). [grifos nossos].

Mas no ano seguinte a situação mudou. Segundo Lima (2003, p. 100),

até o fim do primeiro ano, as coisas estavam relativamente calmas, e pudemos fazer alguns trabalhos, algumas pesquisas, dar cursos. Levei Manfredo do Carmo, trouxe César Camacho, que viera do Peru muito jovem, para estudar comigo. **Em meados de 65 vimos que não ia dar certo, e todo mundo pediu demissão, coletivamente.** [grifos nossos].

O episódio, que segundo Lima levou à essa crise foi a contratação do professor Ernâni Maria Fiori que havia sido demitido da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) por motivos políticos. Os militares consideraram essa contratação uma afronta e mandaram demiti-lo. Os professores consideraram que os militares estavam desacatando a autonomia da universidade e não aceitaram a demissão.

Quando ocorreu esse episódio do Fiori, o Exército interveio na Universidade, e a cada mês eram demitidas duas, três pessoas. Era um regime de terror, em que nunca sabíamos o que ia acontecer no dia seguinte, ninguém tinha segurança. Assim, os coordenadores dos Institutos se reuniram sob a liderança do Salmerón, que era o coordenador geral dos Institutos de Ciências; fizemos contatos com o general Golbery, com o próprio presidente Castelo Branco [...]. O general Golbery era uma pessoa muito inteligente e me impressionou bastante; lembro até de uma frase sua: **“Aonde vocês pensam que estão, no mundo da lua?! Vocês estão em Brasília, no meio de uma revolução. Querem liberdade acadêmica? Pois não há liberdade nenhuma”** – ele falava com a maior naturalidade. **“Liberdade depende das forças dominantes; essas têm liberdade de fazer o que quiserem. Vocês precisam ser um pouco menos idealistas e mais realistas”.** O reitor Zeferino Vaz pediu demissão e foi substituído por Laerte Ramos de Carvalho, indicado pelo jornal O Estado de São Paulo. Era um homem fraco, que não sabia como lidar com aquela situação. A crise foi-se agravando até que decidimos pedir demissão coletivamente. Foi uma coisa triste, porque a Universidade, que tinha aquele padrão elevadíssimo, trouxe professores de Goiás para substituir os que se demitiram. Aliás, Leopoldo Nachbin teve um papel nesse desfecho, porque ajudou o novo reitor a recompor os quadros da Universidade com esses professores de Goiás. (Lima, 2003, p. 101). [grifos nossos].

Após sair da UnB o professor Elon permaneceu dois anos nos Estados Unidos e quando voltou ao Brasil foi trabalhar no IMPA.

O professor Manfredo Perdigão do Carmo contou que após voltar do doutorado em Berkeley na Califórnia, em 1963, reassumiu suas funções na Escola de Engenharia do Recife e na Faculdade de Filosofia. Como era consultor da UnB, já era conhecido da reitoria e conhecia bem a instituição, deixou Recife e mudou-se para Brasília.

Elon [...] me escreveu: “Por que você não vem para Brasília?” [...] Depois, o Leopoldo também me escreveu, e acabei me decidindo. Era, afinal, o grande sonho da nossa geração: **“Mesmo com o governo militar, será que conseguiremos fazer alguma coisa? Vamos lá, vamos tentar”**. Havia um grande movimento intelectual em Brasília, e esperávamos que daquilo resultasse uma universidade extremamente nova. Havia um grupo de música muito bom, em torno de Cláudio Santoro, que promovia concertos todos os sábados, havia festivais de cinema. (Carmo, 2003, p. 207). [grifos nossos].

Manfredo Perdigão do Carmo vivenciou o golpe militar em Recife e depois na UnB. Para ele

os militares não perdoavam o nascimento da Universidade de Brasília por causa de Darcy Ribeiro, seu criador; assim, a área de ciências sociais da UnB era extremamente perseguida. De vez em quando, um professor era demitido: “Esse cidadão não merece a confiança do governo, não pode ficar numa universidade federal”. Havia um grupo de pessoas respeitáveis na Universidade, como Roberto Salmerón, Jayme Tiomno, e não dava para continuar daquele jeito. Fizemos uma reunião e decidimos: “Não se retira mais nenhum professor da Universidade, a não ser após o devido processo da lei”. Se houvesse alguma acusação, que fosse apresentada e seria discutida; de outra maneira, não aceitaríamos. Não demorou três semanas, foi retirado um; houve um protesto, e ameaçamos que os coordenadores pediriam demissão. Zeferino Vaz percebeu que as coisas estavam piorando rapidamente e se demitiu da reitoria; foi substituído por Laerte Ramos de Carvalho, pessoa subserviente, completamente incapaz de tomar posições claras e limpas. Apoiou totalmente o Comando Militar de Brasília, que queria intervir na Universidade e botar mais alguns professores para fora. Em consequência, todos os coordenadores pediram demissão, e criou-se um estado de tensão insuportável. As aulas continuavam, os coordenadores estavam demitidos, e não havia negociações com o reitor para mudar aquela situação. A única saída era fazer uma greve. Não era muita gente, eram geralmente professores de outros cantos do país que estavam ali. **Então, fizemos uma greve, provavelmente a primeira greve de universidade nessa época.** O governo começou a ficar irritado e editou um ato institucional, que acabava com o direito de greve dos professores universitários brasileiros. Já não fazíamos reuniões abertas, nossos telefones eram grampeados. Em reuniões na casa do Elon, na casa de um ou de outro, decidimos que os professores pediriam demissão em massa. Então, a partir de determinada segunda-feira, começou a chover pedidos de demissão no Protocolo; entre segunda e quarta-feira, de 210 professores, 194 (eu incluído) pediram demissão. (Carmo, 2007, p. 207). [grifos nossos].

Manfredo Perdigão do Carmo considerou que o sonho de uma universidade que serviria de modelo para todo o país foi destruído. Ele expressou sua consternação assim:

Aí chamaram professores de cidades próximas, em tempo parcial. Nós esperávamos que esse negócio fosse bastante chocante para criar uma comoção no Brasil, mas esquecemos que em época de ditadura a imprensa é censurada; não apareceu nada na imprensa, a não ser uma notinha em Última Hora. **Mas a UnB praticamente acabou. Ressurgiu mais tarde, hoje é boa, é do tamanho da cidade, mas aquele sonho acabou. Nossa ideia era de que aquilo servisse de modelo para uma reestruturação de toda a universidade brasileira.** Queríamos montar cursos básicos, em que o estudante entraria sem definir a carreira; só depois de dois anos ele escolheria sua profissão, depois de ter experimentado muita coisa – quando sai do colégio, o jovem não sabe de nada, não tem a menor ideia nem do que seja uma universidade. E isso acabou, foi destruído. **A Universidade de Brasília não teve o efeito que queríamos, que era servir de modelo para uma completa reformulação da universidade brasileira.** (Carmo, 2007, p. 208). [grifos nossos].

Depois de deixar a UnB o professor passou mais um período no Estados Unidos e ao retornar assumiu funções no IMPA.

A professora Nilza Bertoni chegou a UnB em janeiro de 1967 quando foi participar de uma disciplina de verão ministrada pelo professor Leopoldo Nachbin, que ao final do curso, convidou-a para permanecer como docente da universidade.

Eu tinha voltado da Alemanha em 1966. Eu morava em Limeira e fui contratada em seguida pela atual UNESP, que era a Universidade de Filosofia e Letras de Rio Claro. Passou por lá um professor que era da Universidade Federal de Goiânia, professor Milano, para recrutar gente para um curso de verão aqui na UnB, dado pelo Leopoldo Nachbin. **Eles estavam revigorando a UnB. Então, o curso do professor Nachbin, trazendo pessoas de fora, alunos, era um marco.** E, eu vim. O Departamento de Matemática não tinha estrutura nenhuma! Quem dava as aulas eram os professores emprestados de Goiânia. Eles vinham a Brasília dar aulas e voltavam a Goiânia, onde moravam. **Mas, o Leopoldo tinha a intenção de reestabelecer e, ele me convidou para dar aulas, para ficar aqui.** Mas, disse o seguinte: – Olha nós ainda não estamos contratando ninguém, não tem condições, mas você ficará esse ano contratada pela Universidade Federal de Goiânia, com quem eles tinham uma articulação, mas, não é vindo e indo, é estabelecida aqui. Eu aceitei. Então, foi assim que eu vim! Isso foi começo de 1967. (Bertoni, 2013). [grifos nossos].

Esse comentário da professora Nilza Bertoni leva-nos a perceber uma resistência do ideal de universidade indo de encontro à incoerência da ditadura civil-militar, isto é, há indícios de que Nachbin intercedeu para que os professores demitidos fossem substituídos

por profissionais não tão qualificados quanto os que saíram, mas também buscou uma tática para trazer novos bons profissionais para o ICM. Ao que tudo indica, Nachbin usou de subterfúgios para burlar os interesses da ditadura ao investir em pesquisadores de primeira linha.

Para Bertoni, no período de 1965 até 1984, época da ditadura civil-militar, a UnB sofreu uma influência nefasta que impossibilitou o crescimento da universidade. Os anos de 1965, 1968 e 1977, marcados por crises e invasões, trouxeram instabilidade, perda de professores, desestruturação, falta de verba e falta elã. Só com a volta do regime democrático, com a eleição do reitor Cristovão Buarque, que tomou posse em 1985, é que a UnB se desafogou um pouco. Para Bertoni, na de crise de 1970, o reitor Amadeu Cury não enfrentou a ditadura e assim, conseguiu contemporizá-la e ao mesmo tempo, conseguiu verbas. Parece que ele conseguiu uma coisa [o sonho] que tinha sido interrompida. Só que isso durou pouco. Em 1976, assumiu José Carlos Azevedo, capitão de mar e guerra. Os estudantes se mobilizaram, houve passeata, movimento dos professores e até o senado se pronunciou. No entanto, os militares continuaram presentes no câmpus e, às vezes, assistindo às aulas.

A professora relatou que, naquele período nefasto, apesar de não ter sentido muito medo, percebia que havia situações de risco: um dos alunos do MAT foi baleado quase na frente do departamento e, durante as invasões, quando saía de carro da universidade, “era comum ver aquele formigueiro de estudantes correndo para o lado do lago, fugindo dos policiais”. No departamento, a prática docente estava limitada, faltava estímulo para qualquer mudança. A didática politicamente correta era não criar problemas e não discutir questões políticas.

Para a professora Nilza Bertoni as dificuldades sofridas pela/na UnB tiveram uma extensão bem maior do que a narrada pelos professores que deixaram a universidade logo após do golpe civil-militar, pois ela permaneceu na universidade até a década de 1990 quando se aposentou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as narrativas dos professores e do aluno do ICM verificamos que a invasão militar e as demissões inadvertidas dos docentes foram os pontos mais marcantes

para todos, mesmo para Nilza Bertoni que chegou após 1965, mas que ressaltou a continuidade das demissões.

Os professores tinham a convicção de que a UnB representava o modelo universitário ideal, logo se apropriaram dessa proposta e se empenharam para que ela desse certo. Porém, viram esse sonho esvaindo-se com as intervenções que a instituição sofreu, enfatizando a falta de autonomia universitária que era buscada desde os anos 1920. Por essa razão, buscaram como saída retomar seus estudos fora do país.

Os golpistas utilizaram de estratégias mantendo uma vigilância acirrada sobre os funcionários, professores e alunos da UnB. O primeiro reitor interventor, Zeferino Vaz se valeu de táticas seguindo as ordens dos militares e mediando as relações, via coordenadores das unidades, entre os militares e os professores até o momento em que se viu impossibilitado de permanecer no cargo.

Ao nosso ver os coordenadores usaram de táticas para mediar as relações entre os professores e estudantes e a reitoria a fim de evitarem o fim do projeto tão almejado por todos. Quando se viram sem condições de manter essa mediação pediram demissão do cargo. Os docentes, por sua vez, também usaram de táticas ao pediram demissão, a fim de pressionar os golpistas a permitirem a manutenção de um pouco da autonomia universitária. Os estudantes, por sua vez, se mobilizaram numa greve visando a continuidade das atividades universitárias, além de apoiar a decisão dos docentes.

A UnB atendendo a sua função democratizadora, ofertou vagas para a população e preocupou-se em possibilitar a permanência desses estudantes oferecendo acompanhamento por meio de ações pedagógicas.

Tendo em vista as ideias que criaram a UnB, a força do grupo de trabalhadores e estudantes, numa sociedade que vivia uma ditadura, há indícios de que o grupo que assumiu o poder do país queria subjugar essa universidade ou, no mínimo, mantê-la sem forças para exercer seu ofício, apesar dela servir de modelo para as outras universidades devido sua estrutura enxuta e mais barata para os cofres públicos.

REFERÊNCIAS

Bertoni, N. E. (Locutora). (2013). Brasília. Entrevista sobre a Licenciatura em Matemática da Universidade de Brasília – UnB concedida a Mônica Menezes de Souza.

Bomeny, H. (1994). A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(26), 51-71. Recuperado em 27 de setembro de 2014, de http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm

Bosi, E. (2006). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. (13th ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Carmo, M. P. (2003). *IMPA: 50 anos*. Recuperado em 17 de junho de 2015, de http://www.impa.br/downloads/livro_impa_50_anos.pdf

Carmo, M. P. (Locutor). (1994). *Matemática Universitária*, (16), 1-18. Entrevista concedida a Pedro Mendes.

Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. (3rd ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Chartier, R. (2002). *A História Cultural: entre práticas e representações*. (M. M. Galhardo trad.). (2nd ed.). Portugal: DIFEL.

Chaves, M. W. (1999, maio/junho/julho/agosto). A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey. *Revista Brasileira de Educação*, (11), 86-98.

Cunha, L. A. (2007). *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. (2nd ed.). São Paulo: UNESP.

Fávero, M. L. A. (2006). A Universidade do Distrito Federal (UDF): construção criadora e extinção autoritária. In: M. Morosini (Org.), *Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília, DF: INEP.

Figueiredo, D. G. (2003). *IMPA: 50 anos*. Recuperado em 17 de junho de 2015, de http://www.impa.br/downloads/livro_impa_50_anos.pdf

Galiani, C., & Machado, M. C. G. (2009). Dewey e a função social da educação. In: *Anais, IX Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE)*. Curitiba, PR. Recuperado em 4 de julho de 2015, de http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2025_994.pdf

Germano, J. W. (2011). *Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985*. (5th ed.). São Paulo: Cortez.

Lima, E. L. (2003). *IMPA: 50 anos*. Recuperado em 17 de junho de 2015, de http://www.impa.br/downloads/livro_impa_50_anos.pdf

Magalhães, J. P. (2004). *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista, SP: Universitária São Francisco.

Matos, M. C. (2010). *Tempos de Brasília*. Mensagem recebida por profmonicams@yahoo.com.br em 19 de novembro de 2013.

Moura, C. A. (Locutor). (2015). Rio de Janeiro. Entrevista sobre a história do Instituto Central de Matemática concedida a Mônica Menezes de Souza.

Prota, L. (1987). *Um novo modelo de universidade*. São Paulo: Convívio.

Salmeron, R. A. (1999). *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília, DF: Universidade de Brasília.

Sanfelice, J. L. (2008, setembro/dezembro). O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. *Caderno Cedes*, 28(76), 357-378. Recuperado em 03 de fevereiro de 2015 de, <http://www.cedes.unicamp.br>.